



Ata nº. 06/2011

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
16.12.2011**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h00 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”; -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

A Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da Sessão realizada em 28 de setembro de 2011, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria** (abstenções do Presidente da Junta de Freguesia de Barrô (PS) e do membro Sandra Isabel Matos de Sousa (PS)).-----

**B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU
ESCLARECIMENTOS;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPETIVA VOTAÇÃO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte moção:-----

“O Grupo Municipal do PSD reincide na proposta que fez há um ano, de que a Câmara transfira, com um carácter excecional, o diferencial da verba relativa ao ano transato, resultante da redução



orçamental constante Fundo de Financiamento das Freguesias, contemplado no Orçamento de Estado para 2012. Trata-se de um valor global quase simbólico - 22.013,00 €, a distribuir de acordo com as respetivas tabelas - mas que estamos certos ser um contributo, ao fácil alcance da câmara, para confortar as nossas juntas de freguesia, face aos graves problemas com que se vão confrontar ao longo dos próximos tempos, como primeiro nível de interlocução entre as suas populações e a administração. Sustentamos esta moção, na sua pertinência. No valor em causa - facilmente integrável pela revisão de algumas rubricas orçamentais. E ainda, porque não colhemos o argumento invocado no ano transato para inviabilizar esta proposta, que esse complemento adviria de forma indireta dos protocolos a estabelecer, um mecanismo totalmente díspar do que estamos a propor, que não o substitui e que se manterá independente dos casos. Por considerarmos que a autonomia das juntas de freguesia, não pode nem colocada em questão através da fragilidade orçamental, colocamos novamente esta proposta a votação desta assembleia.”-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Relativamente a esta moção disse que se deveria insistir nos argumentos utilizados pela sua bancada no ano passado aquando da apresentação desta mesma proposta e que o PS entendia que neste momento o mais importante é continuar a aprofundar a rede de interlocução junto das populações com a câmara municipal – sabem que isso tem sido feito, embora possam existir alguns aspetos a melhorar – por forma a que na sequência de situações de carência das populações e de assistência que as juntas vão enfrentar, estas possam, caso a caso, através das respetivas redes de suporte social de que a câmara dispõe, de que o próprio concelho também dispõe através das suas IPSS, possam acudir a esse tipo de situações.-----

Colocada a moção a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da Bancada do PS), reprovado a mesma.**-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS; -----

Antes de se verificarem quaisquer intervenções, a Presidente da Mesa procedeu à leitura da seguinte petição remetida pelos órgãos da freguesia de Barrô:-----

“Exm^a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Resende, Exm^o Senhor Presidente da Câmara, membros da mesa, membros desta digníssima Assembleia, Senhores e Senhoras. Conforme reunião da Junta e Assembleia de freguesia de Barrô, foi decidido por unanimidade que não concordam com a reforma administrativa que está em curso relativamente às freguesias. As freguesias têm a sua identidade própria, a sua cultura, tradições, séculos de vida, as nossas raízes em suma é como se fossem os nossos pais. Pelo exposto julgamos que é um tremendo erro esta reforma e não vemos aonde vão reduzir às despesas. Relativamente a Barrô, foi classificada como maioritariamente urbana, não reunindo os critérios para continuarmos como freguesia. Temos que ser agregados pela freguesia vizinha, São Martinho de Mouros. Concluindo: Querem acabar com a nossa freguesia. Nós achamos que, se tal acontecer é um erro e uma injustiça para o povo de Barrô. Se não vejamos: Barrô pertence à região demarcada do Douro, património mundial. Temos a nossa identidade, sendo uma das freguesias mais antigas, temos um povoamento disperso, somos das mais



distantes da sede do concelho. Temos uma política de proximidade para com a população, temos um património cultural e histórico, só fazemos fronteira com São Martinho de Mouros, não temos transportes públicos para São Martinho de Mouros, não temos multibanco, farmácia, apenas temos três cafés e algumas pequenas mercearias, em suma somos uma freguesia rural que vive essencialmente da agricultura, não tendo nada de urbano como nos querem classificar. Pelo exposto achamos que a nossa freguesia deverá continuar. Pedimos o apoio do Senhor presidente da Câmara e da Assembleia Municipal de Resende. Barrô 15 de dezembro de 2011.”-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Marco Jacinto de Almeida Matos (Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras – PS) – Proferiu a seguinte intervenção relativa à posição da Junta de Freguesia de Felgueiras quanto à reforma da administração local:-----

“Sob minha proposta, foi elaborada uma ata no passado dia 3 de dezembro em que foi deliberado, por unanimidade, aprovar um voto de protesto contra a reforma da administração local e o seu envio posterior à Assembleia de Freguesia e demais entidades públicas, tidas como relevantes para o efeito, cujo teor é o seguinte: “A junta de freguesia de Felgueiras está totalmente contra a extinção, fusão ou aglomeração da sua freguesia. Somos ainda contra que se fale na redução de freguesias com premissas economicistas e como forma de resolver o défice e as contas públicas do país. Do Orçamento de Estado de 2011 para as freguesias, através do Fundo de Financiamento de Freguesias, sai apenas 0,1%, o que entendemos ser um valor baixíssimo, não representando um meio para conter esse défice. A freguesia de Felgueiras tem séculos de existência (sec. XII ou XIII) e uma história que não pode acabar, sendo o monte de São Cristóvão, o seu Ex libris onde se encontram diversas mamoas, que constituem o recinto megalítico, e a capela em honra de S. Cristóvão, sendo das poucas no país com aquelas características. É portanto uma freguesia que potencia o turismo, o comércio e a criação de emprego. Entendemos que as freguesias, sendo entidades administrativas que exercem o poder local num espaço limitado, prossequindo um governo de proximidade junto da sua população, são a entidade que representa igualmente uma proximidade entre eleitos e eleitores. Pelo exposto, consideramos este programa uma agressão ao poder local, às populações e às suas condições de vida, à origem, história, costumes, tradição, e identidade das freguesias, sendo um fator de constrangimento do desenvolvimento económico, de agravamento das assimetrias locais e regionais, e de retrocesso da vida democrática local. Consideramos ainda que, com a eliminação de freguesias, haverá uma redução substancial da participação política, eliminando a proximidade entre os titulares de órgãos públicos e cidadãos, retirando expressão e força à representação dos interesses locais. São motivos mais que suficientes para manifestarmos a total discordância aos critérios apresentados no documento verde.”-----

Francisco da Silva Pereira Tuna (Presidente da Junta de Freguesia de Barrô – PS) – Na sequência do que consta da petição lida pela Presidente da Mesa, disse que enquanto Presidente da Junta está completamente em desacordo com os critérios que classificaram Barrô, pois a freguesia de Barrô pela sua área e pelo seu número de habitantes deve continuar a existir. Disse também que



ainda não conseguiu perceber porque é que a freguesia de Barrô foi classificada como maioritariamente urbana, onde praticamente toda a gente vive à base da agricultura e está inserida num concelho ele próprio rural.-----

Arlindo Pinto de Sequeira (Presidente da Junta de Freguesia de Resende – PS) – Referiu que no seu entender não deve haver nenhuma Junta de Freguesia do concelho que esteja contente com esta reforma. Já vários argumentos foram apontados, todavia existe um que será talvez o mais importante, que é a forma como se vão resolver os problemas dos munícipes, ou seja, a proximidade vai diminuir e o atendimento e prestação de serviços nas juntas certamente vai piorar. Por outro lado, disse que não via como é que esta reforma vai contribuir para se poupar dinheiro, pois se no futuro os Presidentes de Junta tiverem de efetuar deslocações mais longas para resolver os problemas da freguesia, certamente não o farão gratuitamente.-----

Manuel Jorge Barbosa Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia de Freigil – PS) – Comunicou ao plenário que a posição da Junta de Freguesia de Freigil também já está tomada e que após ser levada à próxima reunião da Assembleia de Freguesia será também remetida aos órgãos do município para conhecimento. Disse ainda que esta reforma não tem em consideração as pessoas mas apenas os números, não acreditando que a mesma seja exequível, pois ainda não foi explicada e não se apoia em critérios realistas.-----

B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Ainda com referência ao tema da reforma administrativa da administração local, manifestou a sua solidariedade e a dos restantes membros da sua bancada que não são Presidentes de Junta para com os Presidentes de Junta do concelho, porque entendem estarmos perante uma reforma da administração local que prejudica o nosso concelho. Discordam desta reforma quanto à sua forma, quanto à sua metodologia e quanto ao seu modelo, bem como consideram que os resultados que se pretendem alcançar em termos de poupança económica – pelo que tem sido anunciado ou pelo que será visível – não serão materialmente relevantes. No que diz respeito ao modelo adotado, como já antes foi referido nas intervenções dos Senhores Presidentes de Junta, não se compreende como se podem ignorar completamente as especificidades das freguesias dos meios rurais e a diferença existente entre estas freguesias e as freguesias dos meios urbanos. Aceitar-se-á porventura a extinção de freguesias nos meios urbanos – eventualmente as de plenário – todavia já não será de aceitar a extinção de freguesias no nosso concelho, freguesias de carácter predominantemente rural, onde temos populações que estão relativamente envelhecidas, com dificuldades de mobilidade e isoladas em alguns casos, onde o respetivo Presidente de Junta é um interlocutor privilegiado da administração junto dessas pessoas. Se a reforma avançar como é que vai ficar a administração nestes territórios? Considera também que existe com esta reforma um “desprezo” pela identidade destas freguesias e das suas populações. Concluiu reafirmando que o PS é contra a extinção das freguesias rurais, que



nosso concelho são todas, e que o modelo ao ser imposto de cima para baixo não tem em conta a promoção de sinergias ou associação de freguesias, o que ao invés de fomentar a coesão territorial, fomenta antes rivalidades e “verdadeiras anexações de territórios”.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Quanto a este assunto disse que o PSD de Resende tem sido – como demonstra o historial de participação nestas sessões – totalmente favorável à autonomia das Juntas de Freguesia, tendo já dado diversos contributos, como ainda hoje se verificou (apesar de reprovado por este órgão). Que será totalmente solidário com a vontade inequívoca de cada uma das populações, querendo perceber qual é a sua vontade em cada uma das freguesias que se manifestem através movimentos cívicos ou através das sessões da Assembleia de Freguesia. Expressada essa vontade, o PSD de Resende será totalmente solidário. Entende também que uma coisa tem de ficar muito clara, ou seja, é preciso ter muito cuidado com exercícios especulativos, designadamente tendo em atenção que os critérios são um ponto de partida e que não estão ainda fechados. Referiu também que ele próprio teve oportunidade de falar com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa, o qual lhe transmitiu que embora a reforma seja para avançar os critérios não estão ainda fechados no que a este ponto diz respeito. Continuou lembrando que o Documento Verde não se resume apenas à questão da organização do território, que inclui a problemática da extinção ou da agregação de freguesias, mas sim a uma reforma muito mais abrangente (reformulação da lei eleitoral, questão do financiamento, reforma do setor empresarial local, etc), que tem a ver com todo um modelo de governância local e esse, da mesma forma que foram perentórios a dizer que as populações locais e as nossas freguesias têm a sua solidariedade perante a vontade inequívoca, também dizem que em relação ao documento na sua globalidade o PSD de Resende é favorável. Voltando à questão da organização do território, concluiu dizendo que não se deve tomar como certas muitas das coisas que se vão ouvindo, uma vez que os critérios são vários e não se encontram fechados, não se devendo tomar posições que por vezes não têm por base informação fidedigna.-----

Manuel Jorge Barbosa Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia de Freigil – PS) – Manifestou surpresa pelas afirmações do líder da bancada do PSD, designadamente quando afirmou que o documento ainda não está fechado, dado que ainda há pouco tempo o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, através da comunicação social, fez saber que ou as populações se entendem ou então o governo tomará administrativamente a decisão de fusão das freguesias.-----

Francisco da Silva Pereira Tuna (Presidente da Junta de Freguesia de Barrô – PS) – Tendo por referência a intervenção do líder da bancada do PSD, esclareceu que a freguesia de Barrô, que se encontra na lista de freguesias a agregar, apenas faz fronteira com São Martinho de Mouros.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse uma vez mais que estava completamente solidário com a decisão das populações de Barrô e Freigil, não valendo a pena bipolarizar a questão. A bancada do PSD não é representante do governo mas sim da população resendense que a elegeu e como tal não há aqui dois lados. Se porventura entendem que os critérios não são os mais corretos, então devem contestá-los. Este assunto é muito sensível e polémico, vai



mexer com todo o tipo de sentimentos de todos nós, pelo que temos de ser todos muito cuidadosos e inteligentes na sua abordagem e tratamento, não dando como certo aquilo que ainda não está decidido.-----

Amadeu Vasconcelos (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS) – Manifestou solidariedade com os seus colegas Presidentes de Junta e disse que uma vez que o problema não é económico, já que apenas estará em causa 0,1% do PIB, será certamente político e assim sendo existe alguém no plenário que sabe mais que os restantes, ou pelo menos tem conhecimento de alguns pormenores que os outros não têm. A contestação da sua bancada tem como base um Documento Verde que foi elaborado pelo governo, que apesar de dizerem que ainda está em aberto, o certo é que de facto está incompleto e mal feito.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

C.1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Foi tomado conhecimento. -----

C.2. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE RESENDE – OBRA DE CONSTRUÇÃO DA IGREJA E CAPELA MORTUÁRIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de isenção total de pagamento da taxa de compensação urbanística a pagar, pelo facto de se tratar de um equipamento de utilização generalizada por parte da população, portanto de carácter e interesse público.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.3. TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – 2012 - PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de fixação da Taxa Municipal de Direito de Passagem para o ano de 2012.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----



C.4. TABELA DE TAXAS 2011 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de alteração à Tabela de Taxas em vigor.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.5. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, EM, S.A. – ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS – PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de aprovação de uma retificação ao n.º 1 do artigo 18.º dos estatutos.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PSD), aprovar.**-----

C.6. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, o regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

A Presidente da Mesa propôs ao plenário a nomeação de uma comissão de trabalho para tratar deste assunto.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, nomear uma comissão de trabalho, constituída pela Presidente da Mesa e pelos dois líderes parlamentares, a qual ficou incumbida de apresentar na próxima sessão um projeto de regulamento.**-----

C.7. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2012;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Cardoso Machado (PS) – No que a este ponto diz respeito, disse que constatou que se trata de um documento bastante disciplinado, coerente com a atual conjuntura e sem “bluf’s” - as obras em curso demonstram isso mesmo, pois geraram emprego, liquidez no nosso mercado interno e criaram um certo bem estar à nossa população. Este plano é também gerador de liquidez, embora tenha constatado através das notícias que tem ouvido, que o próximo ano não lhe vai ser nada favorável, como aliás acontece com muitos outros pelo país fora, fruto das políticas nacionais e da imposição de certos líderes europeus, designadamente da Senhora Merkel e do Senhor Sarkozy. É de esperar pois um ano traumático para Portugal, até porque o nosso Primeiro-Ministro alinha com a



política daqueles líderes, o que é preocupante. Concluiu dizendo que este documento agora sujeito a sufrágio constitui um autêntico “missil patriot” de combate à crise, à semelhança do que pretendeu fazer o anterior Primeiro-Ministro Engº José Sócrates com o PEC IV, infelizmente chumbado pela oposição, que assim provocou eleições desnecessárias.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção relativamente a este assunto:-----

“Se há precisamente um ano, neste mesmo local este Grupo Municipal estranhou, manifestando-o, que os documentos previsionais fossem uma cópia do ano anterior - não entrando em linha de conta com a situação excecional em que todo o país se encontra - desta vez a situação é ainda mais preocupante, considerando o agravamento do contexto sócio-económico. Mas esta previsão do executivo municipal para 2012 através do seu guião de trabalho que nos propomos aqui votar, é simultaneamente paradoxal e reveladora. Paradoxal porque, se é um facto que as receitas do município diminuíram e tendem a diminuir, e se isso mesmo é assumido pela Mensagem do Presidente da Câmara o que é certo que isso não parece ter sido considerado na elaboração das prioridades orçamentais, uma vez que não se encontra um sinal de poupança clara na estratégia definida. Reveladora porque demonstra da falta de uma estratégia clara que responda a estes tempos de crise económica e social a que as nossas populações estão votadas. É por demais evidente que este executivo e os antecessores, apenas estiveram preparados para governar em tempos de "vacas gordas" e agora, continuam a tentar fazer-nos crer que nos mantemos como dantes, preparados para a situação sem mudar um grau que seja na estratégia, resultante dos tempos áureos... Isto como se fossemos uma exceção a regra. Como se fossemos um enclave excecional em relação aos nossos vizinhos... Somos de facto exceção, mas não é naquilo que nos querem fazer crer. No mapa da nossa região norte ou se quisermos, na nossa comunidade intermunicipal, destacamo-nos sim mas pela negativa. Continuamos a ser um dos concelhos mais pobres do país. No índice do poder de compra, que é o mais fiel indicador do nível de riqueza de uma população, ocupamos a tricentésima posição a apenas oito lugares do final da lista. Abordada a questão de fundo, vamos agora dissecar os documentos, na expectativa de que esta nossa interpretação mereça do Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos claros e não uma retórica desviante dissimulada do contexto real. Começemos pela "Mensagem do Presidente": É afirmado que continuarão a ser implementadas em 2012, de forma imediata, medidas de contenção e redução da despesa, aonde é que isso se revela, porque nos não encontramos. Afirma que continuará a imprimir um grande ritmo nas políticas municipais, intervindo de forma ativa na dinâmica da economia local, criando emprego, utilizando para isso os exemplos do Parque Urbano, do Fórum Municipal e até da Igreja Paroquial...é caso para dizer "Meu Deus!" aonde é que a construção de uma igreja é geradora de emprego. Na construção sim, para empresas de fora e circunstancialmente, mas depois??? [É precisamente este equívoco que de há muito temos vindo a falar, julgar-se que a construção de obras - e de qualquer tipologia - é suficiente para a criação de emprego e fixação de pessoas...] Discrimina ainda algumas iniciativas que há muito constam nas listas dos anos anteriores: ainda o Parque Fluvial do Bernardo e os Centros Interpretativos...mas



outros entretanto caíram e omitem-se sem justificação: as intervenções nos centros cívicos das aldeias, a intervenção no Convento de Barro - esta só nas imagens tridimensionais que ilustram o documento... Da Estrada Nacional 222-2 nem uma palavra... O Parque Empresarial de Anreade, é até já apresentado de forma conformada e muito redutora, como que dizendo, já fizemos a nossa parte, agora... E concentra todas as expectativas de alavancagem económica do concelho, no empreendimento turístico de Caldas de Aregos, num processo muito confuso - veja-se o modelo (PPP) e o concurso - hesitante, e que poderá revelar-se completamente frustrante, face às expectativas que o Sr. Presidente da Câmara criou. E pouco mais na mensagem, umas referências genéricas para as iniciativas de carácter imaterial. Não há uma única medida direcionada para os nossos jovens - apenas no que se rever à prática desportiva - para a criação de oportunidades, para o empreendedorismo - para o nosso património, para a nossa agricultura, para o nosso mundo rural, que o temos, e que deve ser olhado cada vez mais como um ponto forte e menos como uma fraqueza, nesta tentativa de contrariar a nossa matriz, em exercício pífio de "urbanizar" todo o concelho. A parte alta do concelho, a parte serrana, continuamos a deixar desertificar. O problema é que tudo isto poderia ser omitido na mensagem, mais depois verificar-se nas medidas implementadas nos quatro mesmos eixos de sempre - como também se esta estruturação de medidas e o seu agrupamento em eixos, fosse sucinta para garantir o seu êxito - mas essa omissão mantém-se ao longo do documento, não existindo qualquer pejo em chamar a um dos eixos: "Empregabilidade, Inovação e Competitividade" complementado com "Mais Emprego e Mais Economia". Continua-se a canalizar recursos excessivos no chamado "Processo de Notoriedade" e todos calculamos quanto isso nos tem custado, com os acordos com o andebol, o voleibol, etc, etc... Não se encontra - e aqui vou repetir *ipsis verbis* o que disse há um ano - em todo o documento uma verdadeira estratégia potenciadora da resolução dos problemas que nos realmente afetam e que não têm parado de crescer: o desemprego e a pobreza. Duas notas positivas: Saudamos a iniciativa de transferir, por protocolos, para o domínio das competências das Juntas de Freguesia, as pequenas intervenções de manutenção das vias municipais e pequenas drenagens. E o cumprimento integral da carta escolar. De facto uma aposta ganha. No plano de atividades destaca-se o valor consagrado para a rubrica de publicações, boletins, revistas e publicidade: 50.000,00. Quase tanto como o valor transferido para as nossas juntas de freguesia - o que é que os Srs. Presidentes de Junta fariam com o que o Sr. Presidente da Câmara gasta em propaganda. Neste caso, deixe dizer bem de frente: haja decoro! Em sete anos a câmara gastou 500 mil euros, só neste foram gastos 91.000 €! 9 vezes mais do que canalizou para o Museu Municipal, por exemplo. No mapa das receitas e despesas, perante a diminuição considerável do valor das transferências da administração local e da diminuição das contribuições que advêm da tributação municipal, estranha-se a manutenção do valor do ano transato. Em relação ao mapa de empréstimos, uma leitura imediata permite-nos chegar a mesma constatação, no que respeita ao percentual de dívida efetivamente pago e para os truques da utilização dos períodos de carência alargados para que outros paguem. Não adianta muito lançar a ideia, inclusive através de exercícios para a opinião pública, que a dívida não tem significado, porque



está abaixo da máxima capacidade de endividamento... Vamos lá desmontar essa argumentação. A dívida existe e não é pouco...De facto a capacidade de endividamento está no limiar, mas o problema é que não devemos olhar para a situação apenas por esta via. Ela não é maior porque a gestão deste executivo e dos outros dois que o antecederam se caracterizaram por contrair empréstimos para assegurar a parte da comparticipação nacional, e esses valores não são considerados para o índice de endividamento. Para além disso, não vimos referência pública aos mais de 1 milhão de euros que foram contraídos, por duas vezes, ao abrigo do PREDE - Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado. Também este valor não conta para limitar a capacidade de endividamento. Também não conta para esta contabilidade as dívidas (a subir de dia para dia) da atividade das duas empresas municipais, mas que ela existe, existe! E ultrapassa os nove milhões de euros. É precisamente esta perspetiva enviesada de ver as coisas que nos preocupa...foram estas leituras que nos levaram quase à ruína. Chamem "coisa de criança" - sabemos agora de onde veio esse ensinamento e a cartilha de onde todos aprenderam - mas estamos preocupados, porque queremos que a câmara honre os seus compromissos. Não adianta Sr. Presidente da Câmara, colocar o valor a negrito e com um asterisco a remeter para a Lei das Finanças Locais no respetivo mapa. Podemos olhar assim para o problema da dívida e esconder a cabeça debaixo da areia, ou encarar o problema de frente...A situação não pode ser desprezada, como pretende. Em conclusão, se, ao longo de dez anos, o modelo de governação e a estratégia definida, serviu, admitimos sem preconceitos, num momento inicial para modernizar e desenvolver o concelho, o que é certo é que perante este grave contexto económico e social a que nos conduziu também o exercício abusivo deste próprio modelo, devia fazer de há algum tempo para cá fazer uma redefinição estratégica. E ela não aconteceu, nem acontecerá. O executivo está refém deste modelo e tem-no como único e bom. E os factos estão aí. Não são exercícios de interpretação, são indicadores oficiais - veja-se os últimos dados dos Instituto Nacional de Estatísticas - um concelho mais pobre, com menos população, com mais desemprego, sem um tecido empresarial forte e de maior vulnerabilidade social, onde os jovens, mas não só, tem que continuar a partir, pois aqui não é infelizmente, terra de oportunidades. Era-o há dez anos? Com certeza que não...outros tempos, menos prósperos. Mas quem disse que se sentiria frustrado se não invertesse completamente a situação, foi o atual Presidente da Câmara. Temos um concelho mais dotado de equipamentos, com certeza que sim (alguns deles nem sabemos muito bem para quê). Mas isso, é como disse de forma brilhantemente metafórica o meu companheiro de bancada, Rui Cardoso, "é como os micro-ondas, todas as famílias têm. Não têm muitas vezes é a comida, utilizando-o como armário..." Temos um argumento para apresentar aos nossos jovens para se fixarem? Temos um argumento forte para captar investimento? Apostamos num fator diferenciador que nos distinga de nossos vizinhos e por isso seja atrativo sob a perspetiva empresarial? Resolvemos o problema das nossas acessibilidades? Estancamos o processo de desertificação? a todas estas perguntas e outras mais a resposta é: NÃO! Por esta razão de fundo - pela ineficácia do modelo para resolver os verdadeiros problemas dos Resendenses - o Grupo Municipal do PSD votará contra."-----



Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Em relação à intervenção do líder da bancada do PSD, disse que ainda bem que reconhece que se fez a requalificação do concelho, que se fez a qualificação do território, que se investiu na qualificação das pessoas, todavia o que o Sr. Deputado Paulo Moura faz aqui foi aquilo que o PSD fez para chumbar o PEC IV, ou seja, para o chumbar não havia crise internacional e a culpa era do Eng^o Sócrates. Também para chumbar o documento agora em votação não há crise nacional, ignora-se a envolvente (região) em que o concelho está inserido, por exemplo ignorando-se que o nosso poder de compra em relação à média nacional subiu e que os concelhos que estão nesta posição são todos da nossa região. Não se trata portanto de um problema que é apenas de Resende, mas sim de um problema da nossa região. Quanto aos números do desemprego, embora admitindo que se trata de um flagelo, adiantou que no país em janeiro de 2011 – de acordo com as inscrições registadas nos centros de emprego – existiam 557.000 desempregados e no mês de novembro 583.000, o que representa um aumento de cerca de 5%, ao passo que no concelho de Resende, em janeiro de 2011 existiam 856 desempregados e em novembro 853. Significa isto que não obstante o elevado crescimento do desemprego a nível nacional, no concelho de Resende – onde apesar de tudo o desemprego é elevado, como todos reconhecemos – pelo menos o seu crescimento contraria a tendência nacional. Não vale apenas estar aqui a discutir um indicador sessão a sessão, antes sendo preferível aguardar pelos resultados finais da operação censos 2011 para assim aferir se o concelho tem hoje melhores condições para fixar população e melhor nível de vida. Diz a oposição que estamos a seguir políticas erradas e que o resultado é a não fixação de população. Então será que é por exemplo em Armamar que se seguem as políticas corretas, onde se perdeu 21,88% da população? Será que é em Castro Daire, onde se perdeu 9,46% da população – lembrou que Resende perdeu 8% da população e que na nossa região apenas Lamego perdeu menos população (perdeu quase 5%)? Será que São Pedro do Sul também segue as políticas corretas? Será que são as políticas seguidas na Régua que são as corretas, onde se perdeu mais população que em Resende? Concluiu dizendo que é preciso analisar esta problemática no seu todo, tendo em consideração a região em que se está inserido, pois não são só as políticas municipais que determinam a evolução destes indicadores, é também a conjuntura nacional, que não é fácil neste momento.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada do PSD), aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 18h20, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU